

VARIAÇÃO/DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA, ORALIDADE E LETRAMENTO: DISCUSSÕES E PROPOSTAS ALTERNATIVAS PARA O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA.

Catarina de Sena Sirqueira Mendes da COSTA
Universidade Federal do Piauí
costacatarina@uol.com.br

Resumo: Neste artigo, pretende-se discutir conceitos de variação/diversidade lingüística, oralidade e letramento, como subsídios para discussão de propostas alternativas para o ensino de língua materna, conforme proposta no GT: Variação/Diversidade Lingüística, Oralidade e Letramento. Mesmo considerando uma discussão conceitual, tendo em vista a proposta do GT de realizar discussões sobre propostas de ensino de língua materna, a discussão dos conceitos levará em conta na medida do possível aspectos educacionais relacionados. Ao longo do artigo, tentaremos também enfatizar os aspectos culturais da variação/diversidade lingüística, da oralidade e letramento, por considerarmos muito relevantes e os menos contemplados nas propostas de ensino de língua materna até então divulgados.

Palavras-chave: Variação/diversidade lingüística; Oralidade; Letramento; Ensino; Língua materna.

1 Introdução

Variação lingüística, letramento e oralidade são termos recorrentes na literatura pertinente, a partir da segunda metade do século XX. Relacionados com aspectos sociais da linguagem, esses termos surgiram em diferentes momentos, constituindo cada um área de interesse diverso, mas compartilhando pontos comuns enquanto conceitos e enquanto práticas para as quais se orientam. Teoricamente, variação lingüística surge na década de 60 do século passado, como uma estratégia de comunicação dos falantes, seja para comunicar seja para expressar sua condição ou identidade social. Nesse sentido, para se entender e se conhecer a variação lingüística dos falantes sempre precisamos conhecer social e lingüísticamente o grupo social do qual os falantes fazem parte.

A oralidade bem como o letramento enquanto conceitos científicos começam a ser investigados a partir da década de 80 do século passado, como práticas sociais da linguagem e dizem respeito a atividades lingüísticas, orais e escritas, de grupos sociais. Assim como a variação lingüística, qualquer que seja a abordagem sobre oralidade ou letramento sempre implica o conhecimento do grupo social ao qual pertencem ou fazem parte os falantes ou usuários do letramento.

É oportuno enfatizar que variação lingüística, oralidade e letramento enquanto ações sociais, compõem-se de diversidade em razão dos distintos contextos sociais em que ocorrem. Como diversidade constitui-se de usos diferenciados, segundo seus falantes ou usuários bem como a especificidade do grupo social em que ocorrem. Assim é que variação lingüística, oralidade e letramento como ações sociais possuem uma dinâmica, que configura um processo de variação e de mudança. Esse processo é consequência do conhecimento das atividades sociais por parte dos falantes, dos letrados que dele participam, como parte de uma organização mais ampla, de um todo, portanto, de uma cultura. Assim, para se conhecer este processo é necessário dar conta da organização social de que fazem parte os falantes e letrados de um dado grupo social, dos usos lingüísticos que vivenciam em cada situação social, em cada atividade do dia a dia bem como do significado e valor social de cada uso lingüístico nos diversos contextos sociais do grupo.

A cultura, diz Santos (1986, p.50) “[...] é uma dimensão da sociedade que inclui todo o conhecimento num sentido ampliado e todas as maneiras como esse conhecimento é expresso”. A cultura “[...] faz parte de uma realidade onde a mudança é um aspecto fundamental” (SANTOS, 1986, p.47). Este autor ainda enfatiza que sendo a cultura uma dimensão do processo social, seu entendimento deve dar conta de particularidades desse processo (SANTOS, 1986).

Fenômenos culturais de usos da linguagem, língua ou fala, por envolverem usos, envolvem necessariamente significados, crenças, valores e atitudes. Esses significados, crenças, valores e atitudes são construídos e incorporados por um falante no e como parte do processo sociolinguístico dessas atividades em um determinado grupo social, seja o seu próprio ou outro no qual se insere, tendo como motivação ou fundamento fatores ou aspectos sempre de natureza sociocultural, inclusive afetivos.

Como se sabe, e aqui reiteramos, com alguns acréscimos, o que já afirmamos em outros textos, que as manifestações de linguagem no homem assumem formas variadas, cujo valor é uma atribuição do grupo que as desenvolvem. Diversas são as formas de linguagens verificadas na vida social dos grupos humanos. Linguagens que não apenas comunicam mas que, dependendo da cultura ou de situações especiais dentro de uma dada cultura, constituem também formas significativas de expressão cultural, de identidade, de interação social e até de forte mecanismo de resistência cultural e étnica. Razão por que toda essa diversidade de usos e sua variabilidade no ambiente social em que ocorrem, precisa ser conhecida para se poder buscar, construir teoricamente uma re(a)presentação de linguagem condizente com a realidade re(a)presentada. Todas elas, como já nos referimos, têm como uma de suas funções a comunicação, ainda que não seja esta ou nem sempre esta - a sua função mais fundamental.

A reprodução de ações também ocorre mediante um processo de comunicação e como tal envolve linguagem, língua ou fala ou suas práticas, em geral. O simples fato de muitas dessas ações terem o objetivo, na maioria das vezes explícito, de reproduzir para outros homens, e ensiná-los a praticar todas essas ações, indica, nesse caso, uma ação educacional de produção e reprodução das relações sociais. Relações sociais que por princípio e definição realizam-se através de uma linguagem enquanto processo, meio e produto dessas mesmas relações. Daí a importância da consideração da linguagem, língua ou fala, ou aspectos a elas relacionados, no caso, variação lingüística, oralidade e letramento no processo educacional, na construção do sentido que o processo educacional comunica.

2 Variação/diversidade lingüística

Os termos ‘variação lingüística’ ou ‘diversidade lingüística’ introduzidos na literatura lingüística, principalmente a partir da década de 60 do século passado, vieram, desde o princípio, ampliar a dimensão dos aspectos lingüísticos, pela inclusão dos aspectos sociais relacionados com os aspectos lingüísticos ou a atividade lingüística. Diferentemente do que ainda se pensa, nessa ampliação, os aspectos sociais em geral, não foram apenas somados ou justapostos aos aspectos lingüísticos; foram integrados de tal forma a se acreditar que uma ação lingüística só tenha realidade se pensada nessa dimensão mais ampla do lingüístico e do social.

Essa ampliação teve como resultado imediato o impacto e a perspectiva de mudança positiva nos estudos lingüísticos, pelo fato da variação lingüística ou diversidade lingüística enquanto um conceito que envolve aspectos lingüísticos e sociais, permitir uma nova visão da dimensão lingüística em todos os seus níveis de estudo e, como decorrência, possibilitar o vislumbamento de possíveis respostas para investigações e atuações dos aspectos lingüísticos cujo alcance estaria mais na ordem do social do que do lingüístico propriamente. A perspectiva de mudança nos estudos lingüísticos decorrentes desses conceitos vem por conta da viabilidade de sua operacionalização, seja no processo de investigação dos aspectos lingüísticos, seja no processo de sua aplicação pedagógica ou outra, até então emperrados por conta da limitada atuação lingüística exclusiva aos aspectos lingüísticos.

Viabilidade que se torna plausível pela aproximação do fato lingüístico com sua realidade social, oportunizando uma revisão da natureza do fato lingüístico considerado até então homogêneo e invariável, dando lugar ao fato lingüístico heterogêneo e variável. A integração dos aspectos lingüísticos e sociais, nesse sentido, sempre decorrerá da implicação na ordem teórica do pressuposto de que nenhuma ação lingüística teria exequibilidade fora da dimensão social, garantindo-se assim a irreversibilidade do fato lingüístico, a partir de então, extensivo ao fato social. Nesse sentido, fatos lingüísticos isolados não teriam mais razão de ser. Como, por exemplo, avaliações de desempenhos dos falantes feitos à revelia do contexto social. Daí por que não tem sentido avaliar, por exemplo, a fala de alguém, como fala errada, feia, incorreta, seja por conta de alguma ‘dificuldade particular’ do falante, seja por falta de um grau mínimo de escolarização do falante ou outra justificativa.

A partir do pressuposto sociolingüístico, acima mencionado, de que as manifestações lingüísticas ou de fala se fundamentam nos aspectos lingüísticos e sociais, pode-se daí argumentar que se alguém fala desse ou de outro jeito, a motivação para tal fato estaria também na ordem social, ou a ela também relacionada. Por sua vez, a preocupação passaria do eixo de análise do individual ou da ordem do lingüístico exclusivo para a consideração das condições sociais e lingüísticas relacionadas com o falante, para fundamentar critérios de uso da diversidade de formas lingüísticas ou de fala. Ou seja, nesse caso específico de análise ou avaliação da fala de alguém, a preocupação focalizaria as condições sociolingüísticas desse falante em seus diversos contextos sociais. O que equivale a dizer que a fala de alguém sempre depende do conjunto de condições sociais em que vive ou com as quais se relaciona no seu dia a dia. Por isso para se avaliar ou conhecer qualquer fala, seja de que falante for, precisa-se conhecer as condições sociais de sua fala. Corroborando com esse raciocínio, lembramos Labov (2008, p.215) quando sintetiza “A língua é uma forma de comportamento social: [...]” “Crianças mantidas em isolamento não usam a língua; ela é usada por seres humanos num contexto social, comunicando suas necessidades, idéias e emoções uns aos outros”.

Tais colocações podem até parecer banais, porquanto se diz saber ou se conhecer as manifestações de língua ou de fala, seja numa investigação lingüística ou em uma situação específica de ensino de língua. Isso porque nossa fala constitui uma das atividades mais triviais da nossa vida, e, em se tratando de fala ou falas da mesma língua, todos os falantes consideram saber ou conhecer suas manifestações. Além disso, em se tratando do nível fonético dessa fala, como de todas as falas, por exemplo, não se percebem esses aspectos fonéticos e por isso não se analisam ou não se avaliam a sua realidade palpável. Nesse caso, projeta-se uma realidade pressuposta, uma representação do que se considera ouvir como se fosse a fala de alguém. Motivo pelo qual o que consideramos o saber ou o conhecimento ou

ainda a audição da fala de alguém, pode estar sendo simplesmente uma projeção da nossa própria fala.

O que importa nessas considerações é chamar a atenção para o fato de que ‘variação lingüística’ ou ‘diversidade lingüística’ enquanto conceito científico, só tem sentido se voltado para aspectos lingüísticos e sociais do falante, seja enquanto um processo, seja enquanto resultado da sua atividade lingüística, nas diversas manifestações em que ocorrem. Nessa perspectiva, o fato lingüístico expresso sempre resulta da imbricação de aspectos lingüísticos e sociais de forma que sua avaliação sempre estará na dependência dessa relação e nunca isoladamente. Desse modo, abordar a variação lingüística ou diversidade lingüística sempre significa tratar do fato lingüístico resultante de toda a dimensão social e lingüística que o envolve, que o produz e da qual resulta. Fora disso, não se estará abordando a variação/diversidade lingüística nem a língua, em quaisquer que sejam suas atividades, na perspectiva sociolingüística.

Lembrando ainda que além desse aspecto palpável da variação/diversidade lingüística, enquanto manifestação social e lingüística, é importante considerar o seu aspecto cultural, ou seja, o seu significado para o grupo no sentido mais amplo, da sua integração, no sentido mesmo do imaginário, ou seja, da imagem coletiva que tem a língua para o grupo, seja como identidade social ou cultural, ou de tudo aquilo que justifica a criação e manutenção dos usos lingüísticos e por isso comunica e expressa significados particulares e específicos dos falantes e do seu grupo, ao mesmo tempo, dependendo do contexto social. Significados que quase sempre são manifestados inconscientemente e cujas marcas muitas vezes fogem às formas lingüísticas e manifestam-se pelo brilho da pupila ou da intensidade com que produzem suas mensagens. Mas que sem este brilho e sem esta intensidade do falar, o ato de fala não teria sentido, nem razão de ser.

Este aspecto cultural da linguagem e de suas manifestações leva à necessidade do seu entendimento a partir da sua sistematização em conformidade com a organização social e, conseqüentemente, da interpretação dos significados culturais que subjazem à diversidade lingüística presente nessa organização. Constituem, portanto, aspectos simbólicos, que subjazem ao falar e são o fundamento da variação lingüística, da oralidade e do letramento, enquanto atividades e manifestações da linguagem. Este seria o sentido de cultura defendido por Geertz (1989, p. 34), para quem cultura “[...] não é um complexo de comportamentos concretos mas um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções (que os técnicos e computadores chamam programa) para governar o comportamento.”

Este programa é o que chama de cultura, a que todos os homens estariam aptos e recebê-lo. “Estudar um código é, portanto, estudar um código de símbolos partilhados pelos membros da cultura” (GEERTZ, 1978, *apud* LARAIA, 1992). Assim é que se defende que “Lendas ou crenças, festas ou jogos, costumes ou tradições – esses fenômenos nada dizem por si mesmos, eles apenas o dizem enquanto parte de uma cultura, a qual não pode ser entendida sem referência à realidade social de que faz parte, à história de sua sociedade. (SANTOS, 1986, p. 47). E aqui defendemos o mesmo para a linguagem, língua ou fala que por si só não têm sentido, a não ser para os falantes que a usam, para o grupo social dos falantes e para a sua cultura.

A partir dos diversos significados de variação e diversidade lingüística, oralidade e letramento, tentaremos a seguir fazer uma aproximação do que consideramos essencial nesses conceitos a partir do acréscimo que estamos fazendo da noção de cultura.

3 Variação lingüística e diversidade lingüística: o que é e quais suas principais abordagens de estudo.

Etimologicamente, o termo variação vem do latim “*variatione*”, significando variedade, ato ou efeito de variar(se). Variar por sua vez significa tornar vário ou diverso, alterar, mudar. No dicionário do Câmara Jr., (1981 p. 239) variação é “Conseqüência da propriedade da linguagem de nunca ser idêntica em suas formas através da multiplicidade do discurso.” Nesse sentido é que se define variação lingüística como o fenômeno que envolve múltiplos e concomitantes usos de formas com o mesmo significado lingüístico, marcado por diferentes significados sociais, segundo o contexto em que ocorrem.

Variação lingüística ou diversidade lingüística constituíram-se em objeto de estudo da Sociolingüística, desde as primeiras empreitadas em torno dessa nova área de estudo lingüístico. Bright em 1964, no Congresso de Sociolingüística, na Universidade da Califórnia, em Los Angeles (UCLA) define o objeto da Sociolingüística como sendo a diversidade lingüística, por considerar que “[...] o conceito chave da área torna-se razoável relacionar um conjunto mais importante de dimensões ao condicionamento da diversidade lingüística. (BRIGHT, 1974,)

Admitindo a incompletude da caracterização dessa área até então e na tentativa de aproximar uma descrição dos estudos sociolingüísticos, Bright (1966) identifica as dimensões da sociolingüística ou fatores socialmente definidos com os quais supõe que a diversidade lingüística esteja relacionada. Verifica, então, alguns fatores relacionados que podem diferir nos diversos casos, mas reconhece três deles como os responsáveis pela maioria dos casos da diversidade que são as dimensões do emissor, do receptor e do contexto.

Nesse sentido, os falantes enquanto emissores manifestam usos diversos da sua língua ou fala, quando comunicam e expressam sua identidade social, por exemplo, no seu dialeto de classe social. Já a identidade social de ouvinte ou receptor é marcada toda vez que se dirige a uma autoridade ou superior e, neste caso, na condição de receptor ou ouvinte, quando temos, por exemplo, o uso de expressões e/ou vocabulários especiais. E a dimensão do contexto relaciona-se aos elementos considerados relevantes no ambiente da comunidade. Exemplo dessa dimensão de diversidade lingüística são os estilos formais e informais que marcam em certas línguas, como o Português, os contextos sociais em que ocorrem, se formal ou tenso, se informal ou relaxado. Bright (1966) deixa claro em seu artigo que essas dimensões não se excluem mutuamente, mas que frequentemente se interseccionam para condicionar esse tipo específico de comportamento lingüístico.

William Labov (1963), também um dos iniciadores dos estudos que tratam da variação lingüística, e considerado um dos principais proponentes dessa nova área de estudos lingüísticos, publica seu estudo sobre a freqüência e distribuição de certas mudanças sonoras que acontecem na fala de uma comunidade americana e relaciona a fatores sociais, como idade, sexo, ocupação, origem étnica e atitude. Essa comunidade é a ilha de Martha’s Vineyard, no estado de Massachusetts, onde investiga a mudança de variantes fonéticas /ay/ e /aw/ para /ey/ e /ew/ respectivamente, havendo assim uma mudança no primeiro elemento da variável: o segmento inicial baixo muda para central. Para a escolha dessa variável foi feita uma ampla consulta, tendo em vista a variável lingüística que poderia servir de foco para o estudo da comunidade. Também foi feita uma ampla pesquisa no Atlas Lingüístico da Nova

Inglaterra (LANE), onde foi constatado a presença da variável escolhida espalhada por todas as áreas rurais desse estado americano.

A ilha, segundo Labov (1972), já era conhecida por sua história de resistência lingüística em relação ao padrão irradiador da norma que era o de Boston, tanto no nível fonológico quanto lexical. Contudo se observavam diversas mudanças lingüísticas no falar da ilha que seguiam o padrão de mudança do sudoeste da Nova Inglaterra, inclusive o desaparecimento de sons, alterações no sistema lexical. Tanto a presença dessa variável quanto sua ausência constituíam fatos bastante regulares, nessa região. Toda a análise sociolingüística foi feita baseada na frequência e distribuição da mudança sonora da variável em questão. E no final do estudo foi confirmada a correlação de padrões sociais com o padrão distribucional da variável.

Ainda nessa mesma década, Labov investiga a relação da língua com fatores sociais dos falantes. Nesse sentido, em Nova York, numa loja de Departamento, investiga a pronúncia do /r/ retroflexo pós-vocálico em palavra como *car*, *cart*, e mostra que a presença desse /r/ nessas palavras tem a ver com o status social dos falantes. (LABOV, 1972). E quanto mais alto for o status do falante, maior será a probabilidade da pronúncia desse /r/ nessas palavras e sua ausência ocorre justamente em falantes de baixo status social cuja pronúncia é estigmatizada socialmente, o que leva a concluir que esta pronúncia não faz parte do ‘bom falar nova-iorquino’. Essas observações de Labov resultam de sua preocupação para compreender o mecanismo de mudança lingüística. Seu ponto de vista sobre esses estudos que realizou é que “[...] não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança lingüística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre.” (LABOV, 2008, p. 21).

Os estudos da relação entre língua, cultura e sociedade fizeram surgir outras abordagens sociolingüísticas como a da etnografia da fala (HYMES, 1974) e da etnografia da comunicação (GUMPERZ e HYMES, 1972). Essas abordagens, concebendo fala como substituto para todas as manifestações derivadas da língua, tais como fala propriamente dita, escrita, gestos, expressão facial ou outra, conduziram a investigação na relação mais ampla da sociedade, na medida em que a fala, como um dado social qualquer, constrói-se socialmente, de tal sorte que investigar seus diversos usos significa antes de tudo investigar a organização social na qual fazem parte. Como se pode constatar, pois, a preocupação de Hymes e Gumperz (1972) é com os aspectos culturais da língua, considerando-a uma parte integrante da cultura. Em sua abordagem de investigação e análise da fala e da comunicação predominam orientações metodológicas e procedimentos de descrição e análise usados pela Antropologia na investigação da cultura, como por exemplo, a própria abordagem etnográfica, além de evento de fala, evento de comunicação, modo de fala, modo de comunicação, dentre outros.

Vale destacar que essas abordagens têm como ponto de partida a organização do grupo social investigado como um todo, onde a fala é uma parte dessa organização e tendo como foco as funções e valores da diversidade de usos lingüísticos, segundo os falantes de cada instância social.

A organização da diversidade de fala em uma dada comunidade implica, pois, a organização dos meios lingüísticos e é através dessa organização que se reflete o caráter criativo do uso da língua, [...]. Inversamente, poderíamos dizer em acréscimo que a organização da diversidade social de uma dada comunidade ou grupo social implica a organização dos meios socioculturais

e que é através dessa organização que se reflete o uso criativo dos meios sociais (normas e regras, etc.) [...]. (COSTA, 1989. p.13).

Na década de 80, surge a abordagem sociolinguística interacional, tendo como seu iniciador John Gumperz, que propõe investigar o estudo do papel que as estratégias de comunicação desempenham no processo de produção e reprodução da identidade social na interação humana, através do método heurístico, ou seja, interpretativo. Essa proposta parte de três tradições funcionalistas do estudo da linguagem: a etnografia da comunicação, a semântica cognitiva associada à pragmática dos atos de fala e a análise da conversação. Segundo Bortoni-Ricardo (2005, p. 157) a conciliação desses modelos

[...] propõe desenvolver uma teoria abrangente da inferência conversacional, mecanismo que permite aos interagentes aferir as intenções mútuas e elaborar respostas adequadas. Interessa a tal teoria o efeito que a comunicação tem na vida das pessoas, especialmente quando essas pessoas estão em situações de desvantagem na organização social.

Ainda segundo Bortoni-Ricardo (2005, p.157) essa proposta de investigação sociolinguística enfatiza a

[...] flexibilidade comunicativa, definida por Gumperz como a habilidade do falante de adaptar estratégias ao interlocutor e aos sinais ou pistas contextuais diretos ou indiretos. O falante depende dessa habilidade para entender e controlar intenções de seu interlocutor, bem como negociar os significados, muitos dos quais são implícitos, já que decorrem de convenções culturais.

É importante destacar ainda que, a partir do pressuposto básico segundo o qual a sociolinguística estuda a relação entre fatos lingüísticos e fatos sociais, tendências gerais dos estudos sociolinguísticos são identificadas com respeito às considerações dessa relação: há as que enfatizam a preponderância da língua sobre a sociedade e as que enfatizam a preponderância da sociedade sobre a língua. No primeiro caso, está implicado o aspecto funcional da língua no sentido em que, conforme tal enfoque, a língua promove a interação social, estabelecendo as relações que tornam possível uma estrutura social numa sociedade. No segundo caso, está implicado o papel que a língua desempenha nesse processo de interação, tornando possível a reprodução das relações sociais (TRUDGILL, 1984) Assim, a predominância da língua sobre a sociedade se daria na medida em que promoveria as relações sociais e, de outro lado, a preponderância da sociedade sobre a língua se daria na medida em que a língua, com base nas próprias relações sociais, se reproduziria.

O que se percebe na análise dos estudos sociolinguísticos são inúmeras tentativas de classificação desses estudos com o objetivo de dar-lhes sistematicidade e conferir-lhes um crescente status de cientificidade. Os trabalhos mais amplos nesse sentido constituem tentativas de identificação de tendências teóricas e metodológicas. A esse respeito, Dittmar (1976) amplia essas duas tendências anteriores para quatro possibilidades de relações entre fatos sociais e fatos lingüísticos.

Como terceira possibilidade, os fatos lingüísticos seriam determinados pelos fatos sociais. Portanto, o comportamento lingüístico, neste caso, não seria o simples reflexo da chamada estrutura social, mas antes por esta determinada. Nessa tendência predomina um tipo de abordagem ainda na perspectiva funcional, que considera os fatores sociais como os mais

importantes determinantes do comportamento lingüístico. Nesse caso, situam-se os trabalhos sobre mudanças de códigos em falantes bilíngües, conforme realizados por Ervin Tripp (1972), entre outros

A quarta tendência é apenas apontada como plausível por Dittmar (1976), admitindo uma interdependência dialética entre comportamento lingüístico e estrutura social e certa relação com certas condições materiais de existência. Apesar de Dittmar (1976) afirmar em sua obra que não exista nenhum trabalho que tenha sido capaz de demonstrar sistematicamente este fato, lembramos que a etnografia da fala, no sentido de Hymes (1974) bem como a etnografia da comunicação, segundo Gumperz e Hymes (1972) já demonstram que para compreender e explicar a fala de um dado grupo social é necessário que se compreenda acima de tudo o que ela representa e que visão de mundo ela conduz. Ao que acrescentaríamos que, para se compreender e explicar a fala e seus usos efetivos por um dado grupo social, é imprescindível ainda que se compreenda não só a visão de mundo que ela conduz como também produz, ou seja, tanto o mundo real ou imaginário do qual ela resulta quanto o que ela ajuda a construir. Logo, esta perspectiva empreende a relação entre linguagem e cultura e sociedade, dialeticamente. Apesar de distintas, uma não pode ser abordada sem a outra, porque há uma imbricação entre elas, de tal forma que uma não existe sem a outra.

Parece importante destacar ainda o trabalho de Bortoni (2005) sobre a Sociolinguística na pós-modernidade quando afirma que “[...] a sociolinguística dos anos 90 já não se restringe à explicação dos processos de mudança e difusão lingüísticos.” E que “[...] é a ênfase em seu papel no desvelamento das relações de poder e dominação que constituem e perpetuam as instituições sociais.” (BORTONI, 2005 p.148). Desse modo destaca a Sociolinguística Interacional, “[...] ramo das ciências sociais que faz interface com a lingüística, a pragmática, a antropologia (na subárea de etnografia) e a sociologia (nas subáreas de etnometodologia e de análise da conversação)...” (BORTONI, 2005, p. 147). Os defensores desta proposta negam o pressuposto segundo o qual língua e sociedade constituam tipos diferentes de realidade de tal forma a se utilizarem para estudos que as correlacionem. E afirmam que “A informação social e a informação lingüística são comparáveis apenas quando estudadas dentro de linhas mestras de um mesmo arcabouço analítico (BLOM e GUMPERZ, 2001, p. 47).

John Gumperz (1996) postula ainda uma dicotomia, para se entender o lugar da Sociolinguística interacional, em relação aos demais ramos da disciplina Sociolinguística, que se constitui dos “teóricos da ação ou conflito” e dos “teóricos da ordem”. Nesta última, se enquadraria a Sociolinguística Variacionista e na primeira, a Sociolinguística Interacional onde os significados, a ordem, as estruturas evoluem no curso da interação, enquanto nas primeiras, as estruturas são pré-determinadas.

Considerando que estudiosos como Fasold, Fishman e outros procuram estabelecer a distinção entre dimensões macro e micro, Bortoni-Ricardo (2005) propõe que se considere como microssociolinguística a parte que estuda preferencialmente a variação e a mudança, e macrossociolinguística a que estuda o processo de comunicação humana e reflete as relações de poder, segundo (BORTONI-RICARDO, 2005, p.150) “[...] está permanentemente construindo e perpetuando as relações de poder.”

Estudos que conciliam a pesquisa etnográfica em sala de aula com a pesquisa variacionista no Projeto “Currículo Bidialetal de Língua Portuguesa para o 1º. Grau’

desenvolvido em Brasília, durante a década de 90, na Universidade de Brasília, em escolas rurais e urbanas de periferia, Bortoni-Ricardo demonstra que o *continuum* de letramento ocorre paralelo à standardização da língua. Conclui que esse *continuum* de letramento pode ser utilizado como referencial para o estudo da variação estilística e ainda afirma que baseado nos três continua: de urbanização, de letramento e de monitoração estilística está aprimorando um modelo que objetiva a proposição de categorias mais adequadas para o ensino de estilos monitorados da língua oral e escrita (BORTONI-RICARDO, 2005).

Em se tratando também de Educação, merece destaque a vertente etnográfica de estudos sociolinguísticos educacionais que propõe uma teoria da aprendizagem baseada na interação verbal em sala de aula. A metodologia utilizada nessa abordagem é essencialmente qualitativa e interpretativista, consistindo de registros etnográficos e micro-etnográficos do processo interacional.

Como ainda observa Bortoni-Ricardo (2005), a Sociolinguística herdeira tanto da Dialectologia quanto da Antropologia Linguística, atinge sua maturidade na segunda metade do século XX, e compartilha com as demais Ciências Sociais a crença do igualitarismo e na promoção social decorrentes da democratização da escola. Nesse sentido tem como suporte três premissas básicas: o relativismo cultural, a heterogeneidade linguística inerente e a relação dialética entre forma e função linguísticas. Com base na primeira premissa, recusa o mito das línguas primitivas e defende a equivalência funcional entre as línguas. Com a segunda premissa substitui o pressuposto da homogeneidade do sistema linguístico, rompendo com a tradição Saussureana e propõe a heterogeneidade inerente das línguas. Por fim, com a terceira premissa, muda o foco antes concentrado na estrutura da língua para sua função e usos linguísticos.

Tendo em vista o objetivo deste texto de subsidiar discussões e propostas alternativas para o ensino de língua materna, espera-se que as concepções sociolinguísticas apresentadas bem como sua análise epistemológica possam evidenciar possibilidades de seu alcance na sua aplicação de ensino. Mesmo consciente de que linguística aplicada, ou ainda, teorias sociolinguísticas aplicadas, nem sempre dão conta dessa situação em razão da peculiaridade dos dados na situação educacional. Mesmo assim, espera-se poder contribuir para uma possível análise sociolinguística dessa situação por meio das propostas apresentadas. Mesmo considerando a situação educacional, da sala de aula, uma situação específica, à parte da situação social, em geral, de uma dada comunidade, não se pode esquecer que o que se está tentando analisar e explicar são situações de fala, ainda que específicas, são, porém, fundadas na fala natural. E a orientação que rege as interlocuções, os comportamentos e desempenhos linguísticos ainda que em situações e condições especiais na escola são, sem dúvida, relacionados com comunicação e interação. Até para avaliar se existe ou não comunicação e interação na sala de aula, as abordagens sociolinguísticas podem ser importantes na discussão e análise das propostas de ensino de língua materna.

4 Da oralidade para o letramento: conceitos e relações

Oralidade é a propriedade natural da língua, a manifestação verbal do homem por excelência. A oralidade é qualidade de oral, tendo origem no latim *oralis*, de os, *oris* que significa boca. Oralidade, então, relaciona-se com oral, sonoro, ou seja, aquilo que é expresso pela voz. A fala humana constitui-se, pois, da oralidade e, como tal, é, seguramente, a forma de comunicação primeira e mais presente na vida do ser humano. A oralidade acompanha o

homem desde seu surgimento. Não sei se por uma limitação humana, mas é difícil conceber a existência humana sem uma fala. Aliás, ao que se sabe "[...] não há grupo humano conhecido, que exista ou tenha existido, sem a capacidade da fala [...]" (LYONS, 1979, p.39).

A oralidade é considerada o caráter marcante da língua desde que esta foi construída como objeto científico por Ferdinand de Saussure, fundador da lingüística Moderna. A língua, objeto da lingüística, foi caracterizada como se constituindo de signos verbais sonoros (Saussure, 1975), portanto, um objeto de natureza oral. Mas mesmo que se tenha já demonstrado amplamente ser a oralidade a manifestação lingüística por excelência, este aspecto da língua ainda não tem merecido por parte da ciência e dos cientistas a consideração especial que realmente merece e reclama.

Nesta parte, faremos uma breve apresentação dos estudos lingüísticos conforme diversas perspectivas teóricas e metodológicas, tentando demonstrar a importância de muitos tipos de investigação para a compreensão da língua no seu aspecto da oralidade.

A língua é para Saussure, é “[...] o produto social depositado no cérebro de cada um, [...]” [muito embora] “[...] geralmente, nós a conhecemos somente através da escrita.” (Saussure, 1975:33).

Para entender ou explicar essa propriedade fundamental da língua, Saussure precisou contrapor a língua falada à escrita, manifestação da língua mais prestigiada, fato que dissimula o conhecimento da tradição oral, como independente da escrita. A esse respeito argumenta Lyons, mostrando a prioridade da língua falada sobre a escrita, por ser a fala anterior e mais difundida que a escrita.

Não sabemos de nenhum sistema de escrita que remonte a mais de seis ou sete mil anos. Por outro lado, não há grupo humano conhecido, que exista ou tenha existido, sem a capacidade da fala; e muitas centenas de línguas nunca tinham sido associadas a um sistema de escrita até serem transcritas por missionários ou lingüistas em nossos dias. Portanto parece razoável supor que a fala remonta às origens da sociedade humana. (Lyons, 1979:39)

Além disso, os sistemas de escritas, quaisquer que sejam, se baseiam em unidades da língua falada, a saber, sons, sílabas e palavras com base nas quais, respectivamente, resultaram os sistemas de escrita alfabéticos, silábicos e ideográficos. (Lyons, 1979)

Embora os primeiros estudos acerca da língua tenham se baseado nos aspectos que lhe são mais materiais, mais perceptíveis sensorialmente, ou seja, o seu caráter sonoro, físico, articulatório, não são, no entanto, considerados os mais básicos e fundamentais da língua. A escolha dessa base material em que se fundaram os primeiros estudos lingüísticos se deu a partir da referência aos estudos científicos das Ciências da Natureza que, por sua especificidade, possuem um objeto que possui um caráter marcadamente material, sensível, sendo, portanto o som, o aspecto da língua correspondente a essa materialidade.

Mesmo considerando esse aspecto, poucos lingüistas separavam o som propriamente da letra. Bopp, um dos principais representantes dos estudos denominados de “Gramática Comparada”, em 1816, firmava uma concepção de estudo das línguas que tinha como pressuposto básico a existência de relações entre línguas afins. Foi inclusive o primeiro a admitir que tais relações podiam tornar-se matéria de uma ciência autônoma, contudo nas suas considerações metodológicas não fazia diferença entre a letra e o som. Conforme referência a

esse lingüista no Curso de lingüística Geral, Saussure declara que “[...] lendo-o, acreditar-se-ia que a língua fosse inseparável do seu alfabeto” (Saussure, 1975:35).

Além disso, uma atitude dominante em uma época que antecede à lingüística Moderna, onde se valorizava a forma escrita em detrimento da forma oral da língua, a Gramática Tradicional, por exemplo, “[...] se inclinava a pensar que a língua falada é inferior ao padrão da língua escrita e, em certo sentido, dele dependente” (Lyons, 1979:39)

Saussure, ao realizar estudos dos sons das línguas, percebe que as unidades sonoras não poderiam ser consideradas do mesmo modo como se consideravam os objetos das Ciências Naturais. Estes, independentemente do pesquisador, da sua visão de mundo e de ciência, teriam sua natureza inalterável, ao contrário do que ocorre com os aspectos sonoros da língua. Foi com essa visão que Saussure ao investigar o sistema vocálico do indo-europeu verificou que os “a” do sistema vocálico diferiam, sendo que um deles diferia dos seus congêneres. Por seu comportamento, esse “a” não era nem “e” nem “o”, podendo desempenhar um duplo papel, tanto de vogal quanto de consoante, sendo, portanto, um som sonântico, nasal ou líquido. (Lyons, 1979). Concluiu então que “[...] diferentes “a” do indo-europeu são objetos tão importantes quanto as partículas fundamentais em física nuclear” (Benveniste, 1988:38).

A importância dessas observações de Saussure não está somente no fato da percepção de diferenças sonoras das unidades lingüísticas até então consideradas, mas das diferentes funções de significado lingüístico inferido a partir dessas unidades. Contudo, mais importante foi perceber essas funções diferenciadas em unidades com propriedades sonoras muito semelhantes, as quais lhe conferem status e propriedades lingüísticas diferentes. Nesses estudos, Saussure não se refere a esse som como uma unidade puramente física ou uma simples articulação sonora, mas como um fonema. Estava-se, pois, diante de uma unidade algébrica, um termo do sistema. Em 1927, encontrou-se no hitita, uma língua indo-européia falada por antigos habitantes da Síria, aquele fonema, ou unidade lingüística distintiva que Saussure havia definido a partir de um “a” indo-europeu, cinquenta anos atrás como fonema sonântico indo-europeu.

Evidentemente que as constatações de Saussure basearam-se principalmente em evidências funcionais desses sons, além, é claro, do conhecimento das propriedades articulatórias, sonoras dos mesmos. Essas constatações são a base dos seus estudos realizados posteriormente, de suas idéias divulgadas mais tarde no Curso de Lingüística Geral.

São essas idéias acerca da oralidade do signo lingüístico que predominam até início da segunda metade de século passado. Não resta dúvida que ao privilegiar a fala, fato universal, e não mais a escrita, atividade lingüística restrita a certos grupos sociais e até mesmo a apenas alguns indivíduos em uma dada sociedade, a lingüística enquanto ciência amplia seu objeto de estudo no sentido mais inclusivo abarcando toda a humanidade, reconhecendo nos seres humanos iguais condições psicoculturais. É nossa convicção também que a estruturalidade, ao mesmo tempo em que libertou o homem do etnocentrismo, mesmo do etnocentrismo lingüístico, descobrindo-se universalidades, também os distinguem e especificam relativamente a identidades étnicas, sociais e culturais, também em termos estruturais.

Se, porém, o objeto da lingüística considerado na sua oralidade impulsiona o desenvolvimento dos estudos dessa Ciência, tais estudos não são suficientes para realçar a fala

enquanto principal manifestação lingüística do homem, e assim reconhecer o seu valor, permitindo a persistência, no nível ideológico no seio da ciência, de preconceitos relativamente à diversidade dos falares. Tais dificuldades são uma decorrência da própria perspectiva estrutural, que por desconsiderar os aspectos psico e sócio culturais da língua e da fala não permitem reconhecer essa diversidade nem mesmo como uma possibilidade estrutural, uma ocorrência porventura estruturalmente prevista. Os resultados de suas investigações não promovem nenhuma melhor explicação ou entendimento dos usos sociais da língua, como, por exemplo, a formação de atitudes e de valores em relação aos falares.

Dessa forma, os aspectos invariantes, uniformes, homogêneos, porque são universais e submetidos à estrutura monótona imutável, são substituídos por variações, heterogeneidades, porque são contextualizados e situados, sem contudo se eliminar a possibilidade ou condições de universalidade que são substituídas por processos, contextos, situações concretamente vivenciadas por sujeitos concretos, existentes, ativos, pensantes, falantes. A oralidade não se restringe à sonoridade, mas se reveste de significações que estão para além da fisicalidade do som. Daí por que o sentido da oralidade só será obtido na efetividade concreta da fala em ato.

Se a natureza oral do objeto lingüístico tão bem demonstrada pelos lingüistas desde Saussure não consegue impor-se pelo caráter limitador dos fundamentos teórico-metodológicos e em certa medida ideológicos que o definiu, foi preciso uma contraposição, “um ponto de vista” adicional a esses pressupostos para garantir-lhes maior poder explicativo e de compreensibilidade dos fatos, ou seja, fatos sociais mais do que meramente lingüísticos, aos quais se dirigem, sem, contudo, anular os avanços científicos e até políticos obtidos. Desta forma a língua, em especial no seu aspecto oral, se impõe muito apropriadamente como fato social total, no sentido de Mauss. (Mauss, 1974). No entanto, tal consideração não confere à língua nenhuma predominância ou prevalência especial em face aos demais fatos sociais, mas apenas a afirma como um deles e, como os demais, submetida a esquemas culturais de valoração social.

É nesse sentido que a Sociolingüística enquanto um corpo teórico em construção preconiza a possibilidade do conhecimento da língua a partir de seus usos efetivos, levando à sua sistematização permitindo a compreensão do seu sentido e funções desses diversos usos lingüísticos, como parte constitutiva dos processos sociais de que fazem parte e da cultura em que se inserem seus falantes.

Em conseqüência da natureza do objeto que prioritariamente investiga, a língua falada, da forma como o investiga nas relações sociais efetivas, nos processos interativos reais, de forma despreconceituosa enquanto um fenômeno universal, de todos os homens, todos os grupos sociais, é que os estudos Sociolingüísticos, seja buscando a compreensão desse fenômeno na sua complexidade, seja buscando explicações para suas diferentes manifestações cada vez mais se aproximam e se imiscuem com a área de estudos em Educação, sobretudo por investigar o seu principal objeto - o homem - naquilo que lhe é mais fundamental - a linguagem - na sua manifestação mais característica - a fala, a oralidade.

Não resta dúvida que os estudos sociolingüísticos ao lado de outros e de outros motivos, dão origem a novas considerações sobre a oralidade, concebida não apenas como uma manifestação lingüística, uma modalidade de uso da língua, mas como uma prática social, uma atividade dos falantes frente aos novos desafios tecnológicos. A língua, a oralidade, considerada a tecnologia por excelência, constitui-se em mais uma de suas funções

enquanto estratégia tecnológica de comunicação, instituindo-se por seu caráter tecnológico privilegiado, básico e fundamental às demais tecnologias do mundo moderno.

É oportuno considerar que até então oralidade concebida como fala, ao lado da escrita, são consideradas duas modalidades de uso da língua e suas diferenças são percebidas na perspectiva da dicotomia. Segundo Marcuschi (1995), essa abordagem se volta para o código e permanece na imanência do fato linguístico, dando origem ao prescritivismo e à norma linguística. Uma das conclusões desta visão é o postulado segundo o qual a fala possui uma menor complexidade, contrapondo-se à escrita por sua maior complexidade.

Estudos mais recentes a partir da década de 80 dão início a novas interpretações para a relação oralidade/escrita (MARCUSCHI, 2001), destacando vários pesquisadores. Como pioneira nesta nova abordagem, (TANNEM, 1982), constata tanto em termos de usos quanto de características linguísticas, que fala e escrita mantêm relações muitas mais próximas do que se admitia. Assim, as relações entre oralidade/escrita, não estariam polarizadas, como no modelo tradicional, mas se estenderiam ao longo do *continuum* linear.

Para Street (1995) as posições que propunham a noção do contínuo, não deixaram de ser tributárias dos pressupostos teóricos e analíticos das teorias que sustentaram a "grande divisão". Assim, reporta-se para a coletânea publicada por Tannem (1982) em que a autora apesar de sugerir estar fugindo da tradicional visão dicotômica que opunha a fala à escrita, estaria defendendo a tese de que a escrita é descontextualizada e a fala contextualizada, além de outros deslizos (como na escrita = *literate like*; como na fala = *oral-like*). Isso por negar que a escrita possua elementos paralinguísticos e não verbais bem como à visão estreita de contexto social. Veja-se, por exemplo, os Mende, em Serra Leoa, conforme citado em estudos de Bledsoe e Robey (1993). Os autores concluem que a escrita tem meios secundários para comunicar sentidos que vão além do literalmente transcrito. Cita, como exemplo, o caso de envelope aéreo limpo, datilografado e multicolorido como sinal de respeitabilidade do endereçado, emprestando ainda importância à mensagem.

Street ainda defende que o contexto cultural exerce forte influência sobre o papel da escrita e sugere que se insira o estudo da oralidade e escrita no contexto das análises etnográficas e discursivas e não apenas nos aspectos morfosintáticos e lexicais da linguística tradicional. Nega-se, então, que a escrita em si mesma produza resultados mecânicos. Baseado em estudos etnográficos, refuta-se assim uma das teses mais caras de Tannem segundo a qual a fala é envolvente e a escrita é distanciada, ao constatar que os adolescentes usavam tanto a escrita como a fala para o distanciamento e para a aproximação. Muitas vezes usam a escrita para evitar ameaças possíveis numa interação face a face. Nesse sentido, as meninas usavam a escrita para expressar coisas tanto em cartas quanto em diários pessoais. Logo, observam-se estratégias da oralidade na formulação da escrita. E assim por diante.

Por tudo isso o que se propõe é que a relação oralidade/escrita seja definida segundo um contínuo não linear, como proposto nos anos 80 (STREET, 1995), mas como uma relação escalar ou gradual em que uma série de elementos se interpenetram, sejam em termos de função social, práticas comunicativas, contextos sociais, nível de organização, seleção de formas e assim por diante (MARCUSCHI, 2001).

É claro que existem muitos outros estudos acerca da relação oralidade/escrita ou fala e escrita. Mary Kato (1978, p.11), por exemplo, em seus estudos conclui que “[...] a fala e a escrita são parcialmente isomórficas, mas que, na fase inicial, é a escrita que tenta representar

a fala - o que faz de forma parcial - e, posteriormente, é a fala que procura simular a escrita, conseguindo-o também parcialmente."

Dentre esses estudos, destacam-se aqueles sobre letramento, os quais incluem a escrita na sua dimensão social mais ampla, enquanto uma prática culturalmente significativa.

Segundo Ângela Kleiman (1995, p. 19) letramento é, pois, "[...] um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos"

Dessa forma, a escrita ultrapassa os limites da escola, agência responsável pela sua concepção como sendo a única forma de letramento, associada a progresso, civilização e mobilidade social. O modelo de letramento predominante na sociedade atual, ainda na ótica da alfabetização, e sua reprodução, sem grandes alterações, segundo Gee, citado por Kato (1987), data do século passado, com os primeiros movimentos de educação em massa. Esse modelo de letramento difundido pela escola tem como preocupação central a aquisição de códigos (alfabético, numérico), abstraídos de seu contexto. No caso da escrita alfabética, esta seria totalmente dissociada da oralidade. Tal forma de letramento constitui, pois, o protótipo do modelo de letramento autônomo e dada sua associação com a escola é também chamado de letramento escolar.

Mas letramento, contudo, também está associado com outras práticas de escrita socialmente contextualizadas. São práticas de letramento sociais e culturais de grupos determinados. Constituem, pois, o modelo de letramento ideológico, que ao contrário do modelo autônomo que abstrai todo e qualquer elemento do contexto e do processo comunicativo e social em que a escrita foi produzida, esse pressupõe e investiga as interfaces entre a escrita e a oralidade.

Se existe uma relação ou melhor uma interface com a oralidade, essa relação e seu sentido social dependerão mais da sua concepção sociocultural do que de determinações exteriores à realidade social da qual é própria.

É neste sentido que acreditamos que o ensino da escrita seria um processo mais democrático se nele se compartilhassem as crenças, os valores e expectativas próprias da comunidade ou grupo social onde tal processo se instaura, incluindo-se aí as intuições e os conhecimentos preexistentes acerca das atividades lingüísticas em geral e da atividade de escrita em especial. A adoção dessa atitude pela escola, longe de diminuir o prestígio da escrita oficial que reproduz, tornaria mais eficiente essa reprodução enquanto um estágio posterior de aprendizagem de regras adicionais para escrever, seu verdadeiro poder de expressão se afirmaria em razão da satisfação de usuários em representar um mundo do qual participam e que, de alguma forma valorizam.

Portanto, considerando a escrita uma prática social e culturalmente determinada, sua aquisição será sempre com referência ao contexto em que essa escrita se realiza em vista das relações sociais efetivas da qual resulta e que, certamente, ajuda a estabelecer. A aprendizagem da escrita assim como da oralidade, nessa perspectiva, ainda que de uma maneira formal, será em função dos processos sociais e culturais que a geraram, dos seus usuários, do seu contexto sociocultural e para atender, de início pelo menos, às necessidades concretas em função das quais, num dado momento da história da humanidade, ela foi inventada.

5 Considerações finais

O objetivo deste artigo, como anunciado no seu início, foi realizar discussões principalmente, conceituais acerca de variação lingüística, oralidade e letramento. São conceitos já bastante conhecidos na literatura especializada e nos estudos e pesquisas que se desenvolveram nos últimos anos, sobretudo nas áreas de Lingüística Aplicada, na Sociolingüística e na Educação. Todos os três conceitos relacionam-se com os estudos da Linguagem Humana, mais especificamente, com usos e funções da língua ou fala, da sociedade, grupos e categorias sociais e comunidade de fala, e da cultura, sobretudo, com identidade cultural.

Oralidade e Letramento são duas práticas sociais, e como tais relacionam-se com atividades dos falantes na sua vida social. Enquanto tecnologias da linguagem possibilitam que os usuários dessas práticas operacionalizem aspectos sociais e culturas do seu grupo, imprescindíveis ao processo de comunicação e interação. Logo, ao tempo em que se constituem em tecnologias, são também, por sua vez estabelecidas por seus significados e valores que adquirem em cada grupo social onde se desenvolvem. São sempre atividades contextuais de práticas particulares em determinados grupos sociais. Como atividades sociais, ao mesmo tempo em que são utilizadas pelos membros de grupo, no seu cotidiano, produzem e reproduzem significados importantes do e para o grupo e seus falantes. Assim é que uma conversa, tanto sua forma, quanto seu conteúdo mudam de comunidade para comunidade e até na mesma, dependendo do contexto social.

Todo indivíduo que conhece, por exemplo, o meio fotográfico de expressão, mesmo sem conhecer precisamente os seus mecanismos de produção, e tendo que com ela lidar de alguma forma, desejará em seguida ver uma fotografia do seu próprio mundo, como uma representação do seu mundo e até de si mesmo. A língua, seja na sua manifestação oral ou escrita, sem dúvida alguma, alcançaria o grau de desejabilidade de sua produção, mesmo numa variedade diferente daquela que seus falantes utilizam no dia a dia, se como a fotografia essa produção lingüística dissesse respeito ou se relacionasse com aspectos de seu mundo que em última instância são mundo e aspectos que lhe dizem respeito tal qual a fotografia. A situação lingüística ainda é mais marcante em relação à fotografia porque a despeito de ser mais complexo fotografar-se a si mesmo, em razão da confusão entre sujeito e objeto, no caso da língua, o usuário possui todas as condições para produzi-la, mas é, na maioria dos casos, impedido por outros de fazê-lo por conveniências alheias à atividade em si.

Estudo de variação lingüística destaca variáveis e variantes lingüísticas relacionadas com fatores sociais, geralmente, abordada em situações especiais em que se destacam as variáveis ou variantes típicas de uma comunidade. Aliás, é oportuno esclarecer que, embora a maioria dos professores que atuam em escolas públicas, por exemplo, conheçam o conceito e afirmem que trabalham com variação lingüística, pouco vezes o tema de fato é abordado em sala de aula, ainda sob o ranço de um dos princípios que governam a gramática normativa segundo o qual o que se considera diferente do padrão, da norma de prestígio é desvio, portanto, é incorreto, é errado. Mas apesar disso e considerando as abordagens de ensino em sala de aula sobre variação lingüística, o que queremos chamar atenção aqui é sobretudo para os aspectos culturais da língua ou fala e, neste caso, de variação lingüística, oralidade e letramento.

Nesse sentido, pode-se falar das variantes de uma mesma variável lingüística no Brasil como, por exemplo, no nível fonético temos <s> marcação de plural, em final de

palavra que se manifesta, dependendo dos fatores lingüísticos e sociais, como [], [s], [z], [x] ou [O]. Desse modo, em uma aula de Língua Portuguesa em que se aborde a variação lingüística, deve-se mostrar os usos e os contextos sociais de cada variante em cada falar, seja em termos de relações diatrástica, diacrônica ou diafásica. E, sobretudo, destacar o que cada uma significa para os falantes e o valor que cada uma possui em cada contexto. Sem esquecer que na dimensão mais ampla, seja de um determinado estado, ou região ou mesmo do próprio país, cotejar os diversos usos (coloquial, relaxado, formal, cerimonioso etc.), seus significados e valores que as variantes consideradas possuem. É importante considerar esses aspectos, se possível, com exemplos de fala, com destaque para os falantes e todo o seu conjunto de informações sociais e culturais. Quanto aos valores mostrar ainda os aspectos afetivos que cada falar possui, para seus falantes bem como falante de outras variedades.

Como já tratamos aqui, a cultura, enquanto uma dimensão social constitui-se em um processo, algo dinâmico, e na dimensão mais ampla do social. O conceito de identidade tem a ver com processo de reconhecimento ou conhecimento pelo outro. Assim é que alguém só consegue uma identidade cultural como falante de uma língua ou variedade lingüística na medida em que for reconhecido como falante dessa variedade. Da mesma forma que não basta ser reconhecido como falante de uma dada variedade, se o falante não se reconhece como membro ou participante de uma determinada fala. Para realçar esses aspectos, é preciso exercitar os aspectos específicos de uma língua ou fala, seja uma variável, um modo de fala, um evento de fala, crença, valor com outros aspectos correlatos em outros falares, sempre contextualizados e se estabelecendo um cotejo entre todos.

Ou seja, é preciso mostrar os usos lingüísticos do falar específico considerado em uma dada situação, por exemplo, educacional, mas sempre em comparação com outros usos de língua ou variedade de fala. Considerando que muitos desses aspectos lingüísticos são inconscientes pelos falantes, em uma situação de aprendizagem formal, como na escola, por exemplo, por meio de seus professores, deve-se conscientizar a todos da existência, importância e valorização da língua ou variedade lingüística ou fala, enfim de todas as manifestações lingüísticas que os particularizam enquanto falantes ou usuários na relação com os demais falantes ou usuários, envolvendo a dimensão mais ampla da língua ou fala de que fazem parte. Sem esquecermos que esta valorização deve começar com a falar mais próximo considerado, no caso, o falar do aluno, do próprio professor, enfim, de toda a comunidade social de que fazem parte os envolvidos na situação.

Estou convicta de que essa é uma forma adequada capaz de, a exemplo de muitas situações especiais em que esse tratamento foi dado, produzir com sucesso bons resultados em termos de aprendizagem lingüística pela motivação (sentimento positivo) que poderá gerar nos falantes após se darem conta das diferenças lingüísticas em outras situações de âmbito regional e nacional. Essa orientação no ensino de língua foi capaz de promover a identidade lingüística dos falantes no sentido da cultura, ou seja, de possibilitar-lhes o seu reconhecimento como falantes de certa variedade lingüística ou língua e ao mesmo tempo reconhecerem outras identidades lingüísticas, pelas quais poderiam, por sua vez, serem reconhecidos também como tais. Esses auto-reconhecimentos e reconhecimento do outro penso ser uma chave importante para promover, inclusive, a aprendizagem lingüística da nossa variedade lingüística de âmbito nacional, pela motivação que promove em cada um para falar a sua variedade e também a variedade lingüística do outro, pelo fortalecimento do sentimento positivo dos falares regionais e desse modo ampliarem até o desejo de conhecer mais e melhor os falares que lhes são impostos como valores nacionais.

6 Referências bibliográficas:

- BLEDSOE, Caroline H. e ROBEY, Kenneth M. Arabic literacy and secrecy among the Mende of Sierra Leone. In. STREET, B. (ed) **Cross-cultural approaches to literacy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- BLOM, J-P. & GUMPERZ, J.J. O significado social na estrutura linguística: Alternância de códigos na Noruega. In. RIBEIRO, Bianca T.e GARCEZ, Pedro M.(org.). **Sociolinguística Interacional**: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso.Porto Alegre:AGE, 1998.
- BORTONI-RICARDO, Stella M. **Nós chegemos na escola e agora?**: São Paulo: Parábola Editorial, 2003
- BRIGHT, William (1974). As dimensões da sociolinguística. In. FONSECA, Maria Stella V. e NEVES, Moema F. (orgs.). **Sociolinguística**. Rio de Janeiro, Eldorado.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. (1989). **Alfabetização & linguística**. São Paulo, Scipione.
- CÂMARA JR. J. MATTOSO. **Dicionário de Linguística e Gramática**: referente á língua Portuguesa. Petrópolis. Vozes, 1981
- COSTA, C. S. S. M. da. **Pelas Falas do Canto**: uma Etnografia.(1989). Tese. (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP, 1989.
- COSTA, José Inácio da. **“Índio”, “cabôco-brabo”, “cabra-do-Canto”**: nomes manipulações e identidades numa comunidade rural do Piauí. (1985) Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1985.
- DITTMAR, N. **A Critical Survey of Sociolinguistics. Theory and Application**. St. Martin’s Press, New York. 1976
- FRANCHI, C. Linguagem - atividade constitutiva. CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS. Campinas, n. 22. p. 9-40, jan./jun. 1992
- GEERTZ, Clifford **A interpretação das culturas**.Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A.1989.
- GUMPERZ,J.J.El significado de la diversidad linguística y cultural en um contexto post-moderno. In. MUNÓZ, H.&LEWIN, P.F.(Orgs.).**Investigaciones Linguísticas 2**. Ciudad del Mexico:UAM/INAH, 1996 pp. 33-47.
- GUMPERZ,J.J. **Discourse Strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- GUMPERZ,J.J. e HYMES, Dell (Orgs.) **Directions in Sociolinguistics**. New York: Holt, Rinehart and Winston., 1972
- HYMES, D. **Foundations in Sociolinguistics**. University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 1974

- KATO, Mary A. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Ática. 1978.
- KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In. _____ . (org.) **Os significados do letramento**. Campinas, Mercado das Letras. 1995 p.15-64.
- LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.
- LARAIA, Roque de B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- LYONS, John. 1979). **Introdução à lingüística teórica**. São Paulo, Nacional/EdUSP.
- MAUSS, Marcel. (1974). **Sociologia e Antropologia**. São Paulo, EPU/EDUSP.
- SANTOS, José Luiz. **O que é Cultura**. São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), 1986.
- SAUSSURE, F.. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1975.
- STREET, Brian V. **Literacy in Theory and Practice**. Cambridge: Cambridge University Press. 1995
- TANNEN, Deborah. The myth of orality and literacy. In: FRAWLWY, William (ed.) **Linguistics and literacy. Proceedings of the Delaware Sumposium on language Studies**. Nova York: Plenum, 1982)
- TRUDGILL, P. **Sociolinguistics: An Introduction**. Great Britain: Penguin Books, 1984